

em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo, para o caminho de Abril



Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita
N.º 2 - Outubro 2005

UMA GRANDE VITÓRIA DA CDU

Página 3



Declaração de candidatura de Jerónimo de Sousa

Perante centenas de pessoas, o secretário-geral do PCP apresentou no dia 12 de Setembro, em Lisboa, as causas e valores pelas quais a candidatura do PCP às eleições presidenciais se baterá.

"As minhas primeiras palavras serão de esperança e de confiança com a consciência plena das dificuldades que pesam no quotidiano da maioria dos portugueses e as inquietações que a simples palavra futuro evoca no espírito de tantos dos nossos compatriotas. Afirmando, então, que é possível viver melhor em Portugal, que é possível transformar Portugal.

(...) Nesta batalha eleitoral concreta, a candidatura decidida pelo Comité Central do PCP, e que pessoalmente assumo, visa ao mesmo tempo marcar a diferença, fazer crescer a compreensão de que é necessária uma ruptura democrática e de esquerda com as políticas de direita que nos trouxeram ao actual estado de coisas e demonstrar que há alternativas." •

NÃO HÁ FESTA COMO ESTA!

E mais uma vez a alegria renovada de nos reencontrarmos naquele anfiteatro à beira Tejo plantado.

Páginas centrais



"RENOVAR" OU GOVERNAMENTALIZAR O CCP?

A crítica à essência das propostas de alteração à Lei do CCP, apresentadas pelo Governo do PS, são o tema deste artigo.

Página 4

A luta continua!

São grandes e exigentes as tarefas que se colocam aos comunistas e a todos os que consideram que Portugal, não pode prosseguir com a mesma política geradora de desemprego, de destruição do aparelho produtivo, de aumento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Uma política que faz recair sobre quem trabalha ainda mais sacrifícios, enquanto o capital financeiro, a banca, apresenta lucros fabulosos.

Os portugueses têm vindo a assistir nestes últimos meses, a uma ofensiva particular contra a Administração Pública em nome do combate aos privilégios e às mordomias. Não se trata de uma ofensiva nova, mas sim de uma ofensiva feita em maior escala, pretendendo nivelar por baixo no plano da idade de reforma e assistência na saúde. O que se vê é o custo de vida a aumentar, os medicamentos a aumentarem, as verbas para o ensino a diminuir, empresas a encerrarem, etc. Declarações recentes do Ministro dos Negócios Estrangeiros, são também indicativas de que uma forte ofensiva, relativamente ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro, está em preparação para o ano 2006/2007 e verifica-se um enorme descontentamento entre os trabalhadores consulares que não só não vêm satisfeitas reivindicações de há muitos anos, como verificam que novas ameaças aos direitos impendem sobre si.

Fruto da política que ano após ano tem vindo a ser praticada pelo PS, PSD e CDS-PP, e do caldo de cultura que geram, crescem na sociedade portuguesa as vozes que já põem mesmo em causa o regime democrático e os valores constitucionais fundamentais. Recentes manifestações e outras ações promovidas por estruturas que perfilham ideais nazi-fascistas, xenófobos e racistas, são disso prova evidente.

Esta política, a política de direita, não agiliza a aplicação da justiça, ataca os direitos dos operadores da justiça. Não promove a segurança, ataca os direitos dos polícias. Não reestrutura e racionaliza as Forças Armadas, ataca os direitos dos militares. Não promove uma política de reequipamento militar de acordo com as possibilidades e necessidades de Portugal, mas de acordo com os interesses da NATO e dos EUA. Não moderniza a Administração Pública, investindo nos meios e na formação, ataca os direitos dos trabalhadores que nela trabalham enquanto prossegue as nomeações de amigos e amigos dos amigos.

A crescente e insaciável gula do capital, teve agora mais uma benesse com a nova lei da água, bem apelidada de lei do negócio da água. Uma lei que contou com os votos favoráveis do PS e de toda a direita e que transforma um bem essencial à vida, num bem mercantilizável, numa fonte de negócio.

O PCP tem vindo a travar uma ação de resistência e luta contra esta política, bem como a prosseguir com um conjunto de medidas visando o seu reforço. Travando com sucesso a batalha das legislativas, desde logo o Partido foi chamado à preparação das eleições autárquicas, bem como à construção e realização da 29.ª edição da Festa do Avante!. A Festa do Avante! constituiu mais uma grandiosa manifestação de força e vitalidade e sinal inequívoco do seu enraizamento entre os trabalhadores e as massas, entre a juventude.

O resultado das autárquicas expressa uma importante e significativa vitória da CDU e um sério aviso ao PS e ao seu Governo.

Acabadas que estão as autárquicas, todo o Partido é chamado à preparação das eleições Presidenciais e ao reforço do Partido. As eleições presidenciais decorrem num contexto diferente das anteriores e por isso maiores são as exigências que se colocam a todo o Partido, bem como a todos os que não querem mais do mesmo. A candidatura de Jerónimo de Sousa, pela matriz em que assenta, é a candidatura da ruptura com as políticas que têm vindo a ser seguidas, lesivas dos trabalhadores portugueses, lesivas das comunidades portuguesas. Certos comentadores e certa comunicação social têm desde há longo tempo desbravado o caminho para uma entrada triunfal de Cavaco Silva. Ora, é preciso lembrar o que fizeram os governos de Cavaco Silva. Neste contexto a candidatura de Jerónimo de Sousa é única portadora de um projecto de ruptura com as políticas que ano após ano, desde há mais de 25 anos, têm vindo a ser seguidas e que conduziram Portugal à situação em que se encontra.

Vamos pois à batalha do esclarecimento. As comunidades portuguesas, que votam para a Presidência da República, têm aqui uma oportunidade de também dar um sinal do seu descontentamento pelo rumo que vem sendo seguido na política para as comunidades, de total desrespeito para com as suas aspirações e necessidades. A hora não é de desistir ou baixar os braços, mas de ir ao contacto, mobilizar e intervir. A luta continua!

Rui Fernandes

Membro da Comissão Política
e do Secretariado do PCP •



O LIVRO DO 17.º CONGRESSO DO PCP

Encontram-se agora publicados em livro, nas Edições Avante!, os materiais referentes ao 17º Congresso do PCP, realizado em Almada nos dias 26, 27 e 28 de Novembro do ano passado. Desses materiais, entre outros documentos, constam a Resolução Política, a composição do Comité Central e as intervenções. Na Resolução Política aprovada, traça-se as linhas fundamentais das propostas dos comunistas até ao próximo Congresso, na sua luta por uma Democracia Avançada para Portugal. A Resolução dedica assim um capítulo sobre a Situação internacional, a que se seguem depois a Situação nacional, um terceiro capítulo sobre Luta de massas e intervenção do Partido, condições para uma alternativa, e um último capítulo sobre O Partido.

Também sobre a emigração a Resolução Política analisa a situação e propõe as soluções: "Os emigrantes estão confrontados com os efeitos das políticas de direita prosseguidas em Portugal pelos sucessivos governos, que não salvaguardam os direitos destes cidadãos portugueses (...) os comunistas deverão ter como objectivo: o reforço da sua organização nos vários países onde existem comunidades portuguesas tendo em atenção o recrutamento, a participação dos militantes na vida partidária e o alargamento da influência política e eleitoral do PCP; a intervenção tendo como objectivo o reforço do papel das Associações de Emigrantes numa acção persistente e continuada visando o encontro, o debate, o reforço da sua acção de modo a aumentar a sua participação cultural, social e política; o contributo para um activo e regular papel do Conselho das Comunidades, e para o seu papel na defesa dos direitos dos emigrantes".

A Resolução Política, que resulta de um trabalho colectivo, foi aprovada em Congresso e contém as propostas para a intervenção dos militantes comunistas, mas também o estudo necessário para quem quiser conhecer as propostas do Portugal Democrático que o PCP propõe aos Portugueses.

Edições "Avante!" - 15 €

www.comunic.pcp.pt
rádio do PCP na internet

O PCP tem uma rádio na Internet. Este projecto, de nome COMUNIC, vai para o ar todas as quintas-feiras, entre as 15 e as 18 horas (hora de Lisboa). Para ouvir basta aceder ao endereço www.comunic.pcp.pt.

É um espaço com emissões muito diversificadas onde não falta um fórum onde os ouvintes podem participar por telefone (351 21 781 3824) ou mail (comunic@pcp.pt), colocando opiniões e questões. •

Em MOVIMENTO

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição
DOE - Direcção da Organização na Emigração do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Telefone: (351) 21 781 38 00
Fax: (351) 21 781 38 32
e-mail: emigracao@pcp.pt

Director

João Armando

Colaboraram neste número
Amadeu Batel

Anselmo Dias
Eduarda Azinheira
José Cavaco
Manuela Pinto ngelo
Rui Fernandes
Rui Paz

Impressão: Grafisa,
R. José Gomes Ferreira, 16
Vale Mourão - 2735-604 Cacém

Periodicidade: Quadrimestral
Tiragem: 2.000 exemplares
N.º de contribuinte: 500940673 •

Autárquicas

UMA GRANDE VITÓRIA DA CDU

Os resultados da CDU nas Eleições Autárquicas de 9 de Outubro constituem uma grande vitória. Este resultado assume uma maior relevância, como o Comité Central do PCP sublinhou, pelo facto de ter sido obtido "num quadro de ostensiva desvalorização na comunicação social, de uso de sondagens destinado a favorecer candidaturas adversárias, de pressão ideológica e de uma clara desproporção de meios de campanha".

A Campanha que a CDU desenvolveu contribuiu para a sua afirmação como uma força que se identifica com os interesses dos trabalhadores e das populações, que partilha as suas preocupações e luta todos os dias por uma vida melhor e mais digna.

Para o resultado da CDU foi determinante o empenho e a dedicação de milhares de candidatos, activistas e militantes do PCP e da JCP, do PEV e Independentes que por todo o país, com a sua insubstituível intervenção, contribuíram para afirmar as propostas e o projecto da CDU.

A CDU ao obter mais votos, mais percentagem, mais presidências de Câmaras Municipais, mais presidentes de Juntas de Freguesia, mais vereadores e mais eleitos nas Assembleias Municipais e de Freguesia, confirmou-se e reforçou-se como uma grande força nacional no Poder Local.

A vitória da CDU pela primeira vez em Peniche e a recuperação de municípios como Barreiro, Marinha Grande, Sesimbra, Alcochete, Vidigueira e Barrancos, assume um importante significado.

A recuperação das 3 Câmaras no Distrito de Setúbal permitiram à CDU conquistar a posição de força com mais presidências de Câmara na Área Metropolitana de Lisboa, constituindo um importante elemento nestas eleições.

Os resultados obtidos pela CDU, não obstante a perda de Alcácer do Sal, Estremoz e Redondo pelas consequências que terão para as respectivas populações, são a prova do reconhecimento do valor do seu projecto, da obra realizada e do trabalho feito pelos eleitos da coligação, reflectindo o crescente apoio e confiança dos trabalhadores e do povo português.

Uma das conclusões mais marcantes destas eleições é a que emerge do resultado eleitoral do PS.

Tal como se afirma no Comunicado do Comité Central "os resultados expressam um sério aviso ao PS e às políticas do seu governo, um claro sinal de discordância das medidas e políticas anti-populares que tem prosseguido e um factor de ânimo para a luta dos trabalhadores e do povo português".

O resultado do PS constitui uma profunda derrota, não só por não ter conseguido atingir os seus principais objecti-



Câmaras Municipais presididas pela CDU

Distrito Beja

Aljustrel
Barrancos
Beja
Castro Verde
Moura
Serpa
Vidigueira

Distrito Évora

Arraiolos
Montemor-o-Novo
Mora
Vendas Novas
Viana do Alentejo
Vila Viçosa

Distrito Leiria

Marinha Grande
Peniche

Distrito Lisboa

Sobral de Monte Agraço

Distrito Portalegre

Avis
Monforte
Nisa

Distrito Santarém

Benavente
Chamusca
Constância

Distrito Setúbal

Alcochete
Almada
Barreiro
Moita
Palmela
Santiago Cacém
Seixal
Sesimbra
Setúbal
Sines

Importante progressão da CDU

Órgão	2005	2001
Câmara Municipal	590 596 votos - 11% 203 mandatos 32 presidências	557 481 votos - 10,6% 199 mandatos 28 presidências
Assembleia Municipal	628 985 votos - 11,7% 722 mandatos 33 presidências	585 426 votos - 11,1% 703 mandatos 29 presidências
Assembleia Freguesia	645 569 votos - 12% 2560 mandatos 244 presidências	586 844 votos - 12,2% 2466 mandatos 232 presidências

vos (reconquista dos municípios de Lisboa, Porto e Sintra), como perdeu importantes posições nomeadamente, as Câmaras Municipais de Santarém e Aveiro.

Apesar de todo o esforço que José Sócrates e outros dirigentes do PS fazem para minorar as perdas e valorizar os resultados, a verdade é que ao fim de 7 meses de governação, e após os resultados de 20 de Fevereiro em que obteve uma maioria absoluta com 45% dos votos, o PS está tão desgastado quanto o estava em 2001, após 6 anos de governação de António Guterres.

Os resultados obtidos pelo PSD, e ao

contrário do que foi tão propalado, não constituíram um êxito eleitoral. Na verdade o PSD, apesar de ser a força que manteve o maior número de Câmaras Municipais, viu reduzido o número de presidências em municípios, assim como registou uma diminuição no número de votos e de expressão eleitoral, comparando com os resultados de 2001.

O BE, com os resultados obtidos, manteve-se como uma força inexpressiva no Poder Local Nacional, tendo ficado muito aquém dos objectivos anunciados. Apesar de ter contado com um ostensivo favorecimento de alguns ór-

gãos de comunicação social e de sondagens que claramente o beneficiavam, o BE elegeu apenas 7 vereadores em apenas 4 concelhos do país, reduziu o número de presidências de freguesia de 6 para 3.

Os resultados obtidos pela CDU nas eleições para os órgãos autárquicos, no seguimento de um conjunto de acontecimentos marcantes de afirmação do PCP — XVII Congresso, resultado obtido nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro, homenagem ao Camarada Álvaro Cunhal e o sucesso da 29.ª Festa do «Avante!», confirmam as possibilidades efectivas para a dinamização da iniciativa e intervenção partidária em torno dos problemas nacionais, em defesa dos interesses e das aspirações dos trabalhadores e outras camadas populares e do desenvolvimento da luta por um Portugal com Futuro.

O reforço e ampliação das posições da CDU, acentuaram as condições para afirmar um projecto autárquico com provas dadas na defesa intransigente dos interesses populares, na promoção das condições de vida, de desenvolvimento e progresso locais, na garantia de uma gestão democrática, transparente e participada.

Como concluiu o Comité Central do PCP, "os resultados obtidos pela CDU, e sobretudo a corrente de apoio às suas propostas e intervenção, são um sólido elemento de confiança e ânimo para o futuro. Um sólido elemento de confiança para o trabalho que os milhares de eleitos da CDU desenvolverão, em todas as circunstâncias, nas autarquias do país, um sólido factor de ânimo para a luta de todos os dias, pela conquista de uma nova política, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo e por um Portugal mais justo e soberano".

Manuela Pinto Ângelo
Membro do Secretariado do PCP •

"Renovar" ou governamentalizar o Conselho das Comunidades?

Sob o título "Renovar o Conselho das Comunidades", o Partido Socialista pela voz de Paulo Pisco aparece a fazer uma série de acusações ao CCP, tais como, sob a pressão de alguns dos seus membros, ter sido "utilizado para outros fins que não aqueles para que foi criado" ou de se ter transformado mais "num instrumento de pressão" (Portugal Post/09.2005).

Convém salientar que a concepção de um CCP passivo, sem voz nem ligação aos problemas e às lutas das comunidades, engolindo em silêncio as decisões e pontos de vista do Governo, seria uma autêntica burla aos eleitores da parte de um órgão democraticamente eleito. Os conselhos dados no secretismo e na base da confiança são aqueles que os governantes ou as empresas privadas pagam aos especialistas, mas nunca os que provêm de órgãos livremente eleitos. Será este equívoco sob o modo de funcionamento da democracia que impediu até hoje o Partido Socialista de apoiar a constitucionalização do CCP?

Felizmente que, apesar de concepção idêntica do papel do CCP e do seu funcionamento por parte dos Governos de Durão Barroso e de Santana Lopes, o actual CCP opôs-se consequentemente à ofensiva contra os direitos das comunidades e agiu intimamente ligado às suas lutas. A suspensão do encerramento dos consulados pelo Governo PSD/PP e a defesa do direito ao ensino da Língua e da Cultura Portuguesas garantido pela Constituição da República, o movimento em defesa dos direitos dos ex-militares ou dos direitos sociais dos emigrantes na Suíça não teriam sido possíveis sem um CCP ligado à mobilização das comunidades e pressionando o Governo.

Mais estranho ainda é o facto de as



afirmações do compatriota Paulo Pisco surgirem no momento em que o Governo procura alterar a Lei do CCP nalguns aspectos para pior. Da síntese explicativa das propostas constantes no anteprojecto de alteração à Lei do CCP que o Governo enviou aos conselheiros para apreciação, emergem várias linhas restritivas da democraticidade do órgão representativo das comunidades cujo objectivo só pode ser acentuar a sua governamentalização.

A redução dos membros eleitos de cerca de uma centena para 50, proposta pelo Governo, vai dificultar ainda mais a ligação dos conselheiros às comunidades que os elegerem, uma vez que forçosamente ficarão mais áreas consulares sem conselheiros que as possam representar e tomará ainda mais difícil o acompanhamento pelo CCP dos problemas (consulados, ensino, movimen-

to associativo, direitos sociais e cívicos...), pois o tempo e a disponibilidade dos conselheiros não são ilimitados, cujo trabalho é exercido na base do voluntariado. A introdução de cerca de 20% de conselheiros designados, em parte, pela Assembleia da República, órgão dominado pela maioria governamental (proposta do PSD) ou directamente pelos Governos Regionais da Madeira e dos Açores (proposta do Governo), visa acentuar a influência governamental nas decisões e na formação da opinião do CCP.

Como se tudo isto ainda não bastasse, a exigência de que cada candidato a conselheiro seja apoiado por 1/25 dos eleitores, é mais uma medida draconiana limitativa do direito de candidatura. Em determinados círculos eleitorais, cada candidato terá de recolher milhares de assinaturas, o que vai dificultar a

candidatura daqueles que não dispõem do apoio das forças que controlam o aparelho de Estado e diplomático. Em áreas consulares como Paris (200 mil inscritos) serão necessárias 8 mil assinaturas, em Toronto (100 mil inscritos) 4 mil. Se a Alemanha vier a constituir um círculo eleitoral único - o que é possível devido à drástica redução do número de conselheiros eleitos - serão igualmente necessárias milhares de assinaturas. A esta situação é preciso acrescentar que uma grande parte dos eleitores nem sabe se está inscrita ou não nos consulados e nos cadernos eleitorais. Com um CCP numericamente enfraquecido e com uma elevada percentagem de membros nomeados, pretende-se fragilizar a sua ligação às comunidades que deve representar, diminuir a sua capacidade de actuação e transformá-lo num órgão de comendadores, destinado a abrilhantar as viagens e as deslocações dos governantes ao estrangeiro. Será mais fácil para o poder executivo instrumentalizá-lo como caixa de ressonância da sua política, um objectivo que tem sido prosseguido por todos os governos desde a criação do CCP em 1980.

No momento em que o actual Secretário de Estado das Comunidades anuncia a intenção de acabar com os professores de português destacados e o Ministro dos Negócios Estrangeiros diz pretender encerrar consulados na Alemanha, é muito estranho que simultaneamente se assista a mais uma tentativa do partido do Governo para enfraquecer a composição do CCP e condicionar o seu papel de órgão representativo das Comunidades Portuguesas.

Rui Paz •

Trabalhadores consulares em greve

No fecho desta nossa edição os trabalhadores consulares mantêm a determinação em fazer greve, que está agendada para os dias 2, 3 e 4 de Novembro, para contestar a falta de respostas do Governo quanto à não actualização dos salários desde 2001 e à suspensão nas promoções na carreira.

Jorge Veludo, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE), afirmou à Lusa que a greve pode repetir-se "caso continuem a não haver respostas aos problemas que se vêm acumulando há vários anos".

A decisão de ir para a greve foi tomada pela Comissão Executiva do

STCDE no dia 24 de Setembro. No comunicado então divulgado a direcção do sindicato afirma que "o ambiente laboral nos postos (embaixadas, consulados e missões) tem vindo num crescendo de descontentamento desde há meses, face à falta de resposta e de soluções para os problemas pendentes."

Acrescentando que "entre os trabalhadores, ganha corpo a convicção, cada vez mais generalizada, de que só acções de luta, nomeadamente a greve, poderão desbloquear o contencioso existente, da exclusiva responsabilidade do MNE". •

Ex-militares emigrantes Governo mantém o faz de conta

Em Junho passado, o Ministério da Defesa Nacional respondia a um requerimento apresentado, em Abril, pelos deputados do PCP, António Filipe e Luísa Mesquita, questionando o Governo sobre a falta de regulamentação e execução do regime jurídico dos períodos de prestação do serviço militar dos ex-militares e ex-combatentes emigrantes para efeitos de reforma. Na resposta - que chegou 2 meses depois - o MDN limita-se a dar uma resposta lacónica dizendo que "esta é uma matéria que suscita o empenho conjunto com outros Ministérios e que está a ser estudada na sua

máxima profundidade".

Mas para que não fiquemos preocupados pelo facto de 6 meses após a formação do Governo ainda não ter sido cumprida a promessa eleitoral deixamos aqui uma outra passagem da resposta que o MDN deu aos deputados comunistas: "Embora reconhecendo-se a prioridade desta matéria, não é no entanto neste momento ainda possível precisar, concretamente, a data de finalização dos trabalhos, sob pena de se criarem, novamente, expectativas".

A profundidade é de tal ordem que o mais certo é os estudos ficarem soterrados. •

Fluxos Migratórios Portugueses na Europa e as Directivas Europeias



O Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE) realizou um debate na Assembleia da República, no dia 30 de Junho, sobre os novos fluxos migratórios Portugueses na Europa e as Directivas Europeias.

Neste debate participaram, para além de membros do Conselho das Comunidades, deputados, sindicalistas, representantes de organizações sociais e conselheiros sociais de várias embaixadas de Portugal na Europa.

O desemprego e a degradação das condições de vida em Portugal, causadas por políticas desastrosas dos vários governos do PS e PSD, têm lançado por essa Europa fora milhares de portugueses. Desde os anos 90, calcula-se que mais de 400 mil portugueses saíram do país à procura de uma vida melhor o que muitas das vezes não passa de uma miragem.

As directivas europeias relativas ao destacamento e à livre circulação de trabalhadores, em muitos aspectos não são respeitadas, nem pelos governos, nem pelo patronato. O não cumprimento a vários níveis dessas directivas tem deixado os trabalhadores portugueses em situações muito precárias.

Tal como afirmou José Xavier, presidente do CRCPE, na abertura dos trabalhos: "As condições em que se dão estes novos fluxos migratórios são por vezes piores do que as existentes durante os anos 60, considerando-se que algumas das situações são a expressão da nova escravatura do século XXI."

São disso exemplo as notícias veiculadas pelos órgãos de informação nestes últimos tempos nomeadamente de situações ocorridas em Espanha, Inglaterra, França, Holanda ou Bélgica.

Mas estas situações mais não são do

que a consequência e o reflexo das políticas neoliberais impostas pelos governos e pelo directório de Bruxelas ao serviço dos grupos económicos que querem somar mais lucro ao lucro acumulado, desprezando e espezinhando importantes direitos sociais conquistados pela luta dos trabalhadores ao longo de gerações.

A seguir, publicamos extractos de várias intervenções realizadas neste debate.

Manuel Beja, Membro do Conselho Permanente do CCP

"Actualmente, estamos perante a aplicação de políticas de migração liberais visando apenas os interesses da economia e com desprezo pelos interesses dos trabalhadores e das populações.

Desde os anos 90, calcula-se que mais de 400 mil portugueses saíram do país à procura de uma vida melhor o que muitas das vezes não passa de uma miragem.

Existem duas situações extremas de política de migração: por um lado, a contratação de uma emigração de quadros especializados (o que, como se sabe, não é muito significativa no fluxo emigratório português na Europa) por outro lado, uma imigração de mão-de-obra pouco especializada, por períodos que impossibilitam a sua integração.

Pressionados a emigrar pela profunda crise que afecta a sociedade portuguesa, os novos emigrantes são conduzidos a um mercado do trabalho com um modelo económico assente nos baixos salários, na desvalorização do trabalho e nas baixas qualificações.

Perante um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado continua a pairar o fantasma da directiva *Bolkenstein*,

rejeitada pelas forças sindicais europeias numa importante manifestação no dia 19 de Março, em Bruxelas. Tais orientações pretendem, e estão a conseguir, a destruição do sistema social europeu, impõem a desregulamentação das leis laborais, a degradação da qualidade do trabalho e estão a lançar os trabalhadores num abismo profundo."

Padre Rui Pedro da Obra Católica Portuguesa das Migrações (OCPM)

"Deixo-vos aqui a expressão de um pároco que dizia: - Nós não sabemos quando partem os portugueses, nós sabemos quando voltam, porque quando voltam, sempre sobe mais uma parede, sempre é rebocado mais um muro, sempre se arranja o jardim na casa que têm na aldeia ou vila. Nós sabemos que voltaram!

Portanto o fenómeno do trabalho temporário é invisível e as pessoas continuam a partir. Por exemplo, cito o caso de um empresário que teve de fechar a empresa devido a falência, e emigrar para a Europa. Existem muitos casos de desespero em que as pessoas têm de partir. Isto para não falar dos jovens qualificados ou licenciados.

Sugerimos a realização, no país, de uma Presidência Aberta sobre a Emigração para que os residentes sejam sensibilizados, especialmente, para os efeitos positivos, a nível social e económico, da emigração em Portugal.

Por outro lado, há necessidade de outras respostas sociais porque os famosos projectos de apoio social (ASIC e ASEC), são muito criticados e têm de ser repensados para novas necessidades que há algum tempo atrás não se previam.

É muito importante que se continue a pressionar o Governo Português, no sentido de assinar e ratificar a Convenção da ONU de Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, porque, desta, forma conseguiremos colocar num patamar superior a discussão da emigração e da imigração associando-a à questão dos direitos humanos."

Fernando Maurício, da CGTP

"Nesta placa giratória em que todos nos encontramos, no quadro da livre circulação e do alargamento da EU, persiste o modelo de desrespeito pelos direitos, de agravamento das condições salariais e das condições sociais dos migrantes.

A realidade é que a maioria dos emigrantes que entra pelas fronteiras da EU é oriunda de fora da UE. Não se vê portanto como este princípio da livre circulação é aplicado. Assim podemos dizer que este modelo está a ser construído fundamentalmente com a vinda de imigrantes de países que não pertencem à UE.

Não se sabe até que ponto esta situação vai afectar as comunidades portuguesas, mas tudo vai no sentido da li-

beralização das leis laborais. A directiva *Bolkenstein* é mais um contributo para isso.

Até agora existe a directiva 96/71 para as agências de trabalho temporário ou o destacamento de trabalhadores, mas não tem sido aplicada e os sindicatos europeus, e também a CGTP, exigem fortemente que ela o seja. Esta directiva determinava que, na movimentação de trabalhadores, se aplicassem as condições laborais e sociais dos países de destino. Ora o que esta directiva *Bolkenstein* determina é que passem a aplicar-se as condições do país de origem."

Ilda Figueiredo deputada do PCP no Parlamento Europeu

"Estamos num momento muito importante no PE em que se debate a tal famigerada Directiva *Bolkenstein*", ou seja, a proposta de directiva que visa a criação do mercado interno dos serviços. Não é só o direito de trabalho que está em perigo, mas também os serviços públicos essenciais. Porque a proposta, tal como está, de facto, prevê a liberalização em todas as áreas, abrindo caminho à privatização de serviços públicos na saúde, educação, segurança social, etc.

Ora, isto não interessa apenas aos trabalhadores, porque a generalidade da população pode ser gravemente afectada.

Nesta proposta de directiva não há referência a emigrantes, mas há, claramente, a criação de condições para consagrar direitos de primeira e de segunda, visando legalizar as ilegalidades de que se falou aqui e que afectam tantos dos nossos emigrantes nos países da União Europeia.

Por exemplo, podem ver a gravidade das propostas do referido projecto de directiva quanto à própria aplicação dos direitos laborais aos trabalhadores destacados, que pode ser afectada. A directiva 96/71 pode vir a ser posta em causa se esta directiva for por diante, dado que não está claro que o princípio do país de origem não se aplique às questões de trabalho e emprego. Para nós, tal como está, não está garantido o direito à greve dos trabalhadores destacados ou dos trabalhadores móveis. Também não se percebe o que acontece se nesse país de origem houver limitações à greve e se ficam sujeitos, também, à inspecção de trabalho do país de origem. Tudo isto são dúvidas e nós apresentámos propostas no Parlamento Europeu, bem como outros partidos e outros grupos, que estão a tentar esclarecer estas situações. Nós estamos a tentar intervir no PE, tendo em conta que o actual Comissário disse que não retira a proposta de directiva. Mas, tendo em conta a actual correlação de forças no PE, que não é favorável aos trabalhadores, é essencial que, cá fora, se desenvolvam lutas contra esta proposta de directiva." •

Não há festa com

E mais uma vez a alegria renovada de nos reencontrarmos naquele anfiteatro à beira Tejo plantado, com uma vista simplesmente bela onde se encaixam harmoniosamente os verdes da relva e das árvores que enfeitam a Quinta da Atalaia, o azul manso do rio que se espraia pela baía do Seixal e a brancura do casario de Lisboa que o sol dourado do entardecer faz sobressair.

Todos os anos se repete, mas não é uma rotina.

Todos os anos, a mesma expectativa de saber quem serão os artistas, como estarão os pavilhões decorados, que escritores estarão na feira do livro, que colóquios haverá, quais os amigos que vamos reencontrar, as novidades que nos vão trazer, se vai haver mais ou menos gente, se o tempo vai ajudar... Tantas interrogações que transformam esta festa na nossa festa, a de quem a constrói, de quem lá trabalha naqueles três dias e de todos quantos a visitam ano após ano, sempre com um prazer renovado.

Para quem lá trabalha, homens e mulheres comunistas, jovens e menos jovens, estes três dias são a afirmação da sua confiança no futuro, na justeza da sua luta e na sua própria força de trabalho criativa e transformadora. É o prazer de construir em conjunto um evento ímpar na vida nacional que marca o final da época de férias, e lança o mote para mais um ano de trabalho e de luta para uma vida melhor.

Para os visitantes, também não é um vulgar fim-de-semana de passeio: é caminhar por entre gente desconhecida que nos sorri como velhos amigos, são as idas e vindas aos pavilhões, de uns colóquios ou de uns palcos para os outros, de pausa nas filas para almoçar. Para aqueles que querem aproveitar todas as iniciativas, acaba tarde.

Então o que é que traz tanta gente e sempre mais? De todas as idades - há sempre mais jovens a aderirem a esta iniciativa -, de todas as regiões do país e até dos países de emigração? Muitas e variadas razões. Uma de ordem política, outras culturais. Mas uma parece ser comum a todos: o prazer do convívio salutar que existe nesta festa, do ambiente que aqui se vive, um ambiente de alegria, força e entusiasmo pela vida em todas as suas vertentes.



O pavilhão da Emigração

O pavilhão da emigração, mais uma vez, atraiu os visitantes com as suas famosas salsichas alemãs, a já célebre sangria do Quim, as crepes francesas, as sempre apetecíveis febras e sopas portuguesas. Desde cedo apareceram neste espaço emigrantes e ex-emigrantes dos mais diversos países, Alemanha, Bélgica, Holanda, Austrália, Brasil, Venezuela, Suíça, França e outros à procura de companheiros de luta em Portugal e no estrangeiro.

Sentados à volta de uma cerveja ou de um champanhe comemoravam o reencontro ao fim de um ano de afastamento ou o convívio noutros lugares que não os habituais "café", "marchers" ou "manifs" do seu quotidiano.

Mas não só de convívio vive a festa do Avante!, trata-se de um espaço político. Assim, aqui também se discutiram e combinaram futuros encontros e iniciativas a realizar em Portugal e no estrangeiro para continuar a lutar em defesa dos direitos dos emigrantes.

Por ali também passaram visitantes de todas as origens e idades que nada

mo esta!

tinham a ver com a emigração, mas que não resistiram ao ambiente acolhedor, sorridente e familiar. Para isso muito contribuíram todos os que lá trabalharam, desde os mais velhos – alguns com mais de 80 anos – aos mais novos – adolescentes de 15 anos.

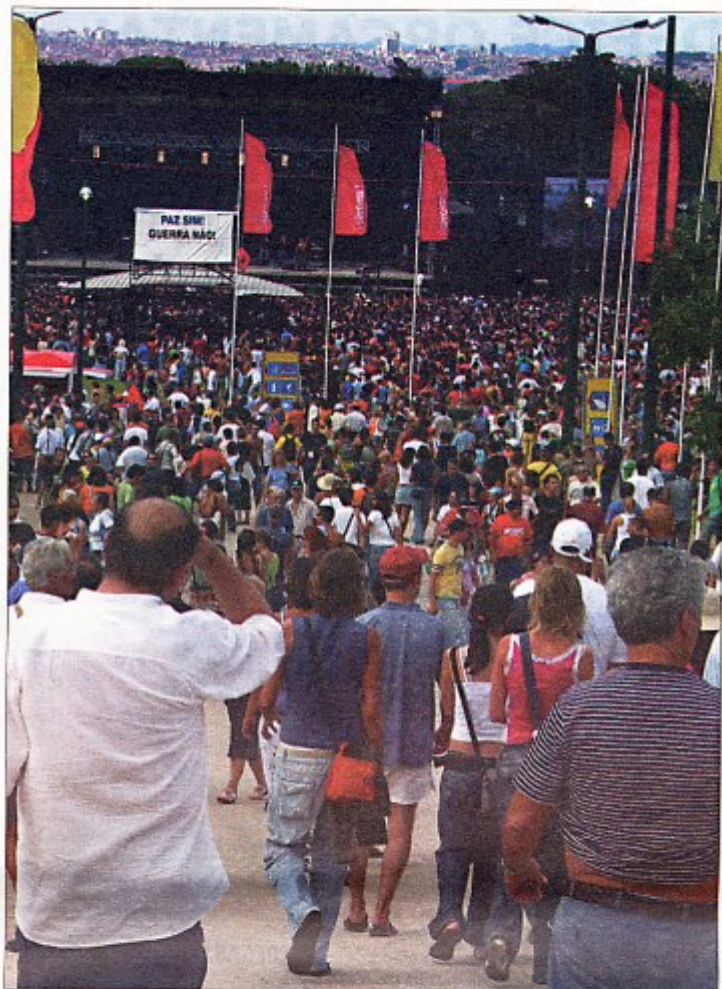
Foi de grande importância também e sobejamente saudada a iniciativa deste pavilhão em oferecer aos visitantes da festa um espaço de apoio ao bebé. Impecavelmente limpo, agradavelmente decorado e perfeitamente equipado e funcional, foi uma mais valia muito apreciada e requisitada pelos pais que quiseram passar este fim-de-semana na companhia dos seus filhotes mais pequenos. Não deixa de ser importante salientar, a par do excelente trabalho de manutenção feito pelo pavilhão, o grande civismo demonstrado pelos pais que utilizaram este espaço, deixando-o sempre limpo e arrumado após o terem utilizado. Estão todos de parabéns, e os bebés agradecem. Podemos dizer que este ano a festa também foi dos bebés que a puderam visitar de rabinho mais limpinho.

O pavilhão da Imigração

No bar do pavilhão da Imigração, o visitante da Festa encontrava várias especialidades: cachupa, doce de coco e a já famosa kissangua, uma saborosa bebida angolana fermentada a partir do milho ou do arroz.

Mas também era aqui que podia tomar conhecimento das propostas do PCP dirigidas aos imigrantes residentes em Portugal, cujo número se estima andar próximo dos 500 mil, provenientes em maior número dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas também do Brasil, da Europa do Leste e da China.

Uma exposição tendo como lema "PCP – Com os imigrantes Defender e aplicar Direitos" dava conta da intervenção do Grupo de trabalho do PCP para a Imigração e Minorias Étnicas na luta por uma política justa, solidária e que responda aos reais e multifacetados problemas que fazem o dia-a-dia de quem vive e trabalha no estrangeiro.



"Voltei este ano e passei a Festa emocionado"

O texto que segue foi-nos enviado por um emigrante do Luxemburgo, que nos deixa o seu testemunho sobre a Festa.

"Vivo e trabalho no estrangeiro há 13 anos. A minha ligação afectiva ao PCP vem de muito longe, também das conversas inesquecíveis com o meu pai nos anos 60, altura em que ele participava, à sua maneira, na luta contra o fascismo e era membro do MDP/CDE. Tenho tido uma participação cívica menor do que aquela que talvez me fosse destinada pelos meus princípios e história pessoal. Há sempre boas ou más razões para não intervir em lutas colectivas: o trabalho, a preguiça, o governar a nossa "vidinha", o medo, a timidez.

Fui à Festa do Avante este ano, de novo depois de tanto tempo. Ia à Festa todos os anos quando ela se realizava ainda na FIL e no Jamor. Mas, depois, a vida e outras (putativas) prioridades levaram-me a outras paragens no início de cada Setembro. Voltei este ano e passei a Festa emocionado, a mergulhar nessa multidão colorida que celebra a vida, a alegria, a espontaneidade, um projecto para mudar o mundo individualista e neo-liberal em que vivemos.

Ingenuidade? Carência de identidade quando se é emigrante e se arrisca a perder referências? Isso e, sobretudo, vontade de dar um sentido de justiça e de solidariedade à vida, vontade de restabelecer um elo autêntico com as forças mais generosas e criativas da sociedade.

Como sempre, os primeiros dias, após o regresso ao trabalho, são duros, a saudade apodera-se de nós como um vírus teimoso. Este ano, o meu antídoto é as imagens fantásticas da Festa que faço desfilar na minha memória.

Obrigado a todos os que asseguraram uma magnífica organização da Festa 2005 e votos de sucesso ao PCP nas lutas políticas e sociais que se aviznam num Portugal depauperado pelo oportunismo, pela incompetência e pelo crescimento das desigualdades.

Permanecerá, contudo, o meu precioso "porto de abrigo" e, estou seguro, com a ajuda das forças mais dinâmicas da nossa sociedade (entre as quais se destaca o PCP), o país sairá da crise em que se encontra e que penaliza, sobretudo, as camadas mais desfavorecidas da população."

Miguel Morgado •



DÉFICE ORÇAMENTAL – uma história mal contada (*)

É raro o dia em que a questão do défice orçamental não venha referida na comunicação social, quer por iniciativa do actual e anteriores governos, quer sob outras origens, nomeadamente por parte dos chamados comentadores e analistas políticos.

Invariavelmente, todos eles estão de acordo. Há, dizem eles, funcionários públicos a mais, a par de excessivas despesas sociais, daí a necessidade de "apertar o cinto" e reduzir as funções sociais do Estado, nomeadamente nas áreas da educação, saúde e segurança social.

O argumento utilizado é o seguinte:

- a) as despesas com funcionários são elevadíssimas, cerca de 15% do PIB;
- b) as despesas sociais são superiores à média dos países que constituem a OCDE, em cerca de 0,2 pontos;
- c) as despesas globais do Estado (cerca de 69 mil milhões de euros) são, também, elevadíssimas face ao volume total de receitas (cerca de 60 mil milhões de euros);
- d) o défice orçamental resultante dos números atrás referidos (perto dos 9 mil milhões de euros) traduz-se em 6,83% do PIB, segundo o relatório Constâncio.

Como se vê os argumentos do PS, a que se juntam, em unísono, o PSD e o CDS-PP e seus acólitos, têm como ponto nuclear, o PIB. Que sigla é esta?

Tal sigla significa "produto interno bruto" e, grosso modo, corresponde a toda a riqueza criada em Portugal nos vários campos da economia: agricultura, pescas, minas, indústria, construção civil e obras públicas, transportes, comunicações, turismo, comércio, bancos, seguros e demais serviços e actividades.

É com base neste "bolo", que resulta da soma daquilo que cada um de nós produz, que são feitos os cálculos que sustentam, por parte do PS, da direita e do poder económico, o argumento de que o Estado gasta demais, pelo que faz todo o sentido, segundo eles, o ataque aos trabalhadores e aos direitos conquistados na área social.

Tal postura fundamenta-se numa história mal contada e que urge ser bem contada. É isso que iremos tentar fazer.

DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O PIB, na base de uma previsão, para 2005, deverá orçar 140.449 milhões de euros, o que significa que, em média, cada residente em Portugal, incluindo as crianças e idosos, produz uma riqueza anual avaliada em 13.495 euros.

Isto é verdadeiro? O nosso PIB só tem essa dimensão?

Toda a gente sabe que não, embora nem todos estejam de acordo com a dimensão da "economia paralela", ou seja: a parcela produtiva que não entra na quantificação oficial do PIB e que, por isso, foge ao pagamento de impostos.

Em Portugal, pela voz da CIP, a economia paralela oscila entre os 20% e os 22%, mas, segundo estudos da empresa de consultoria McKinsey tal economia subterrânea atinge os 28%.

O que é que isto significa?

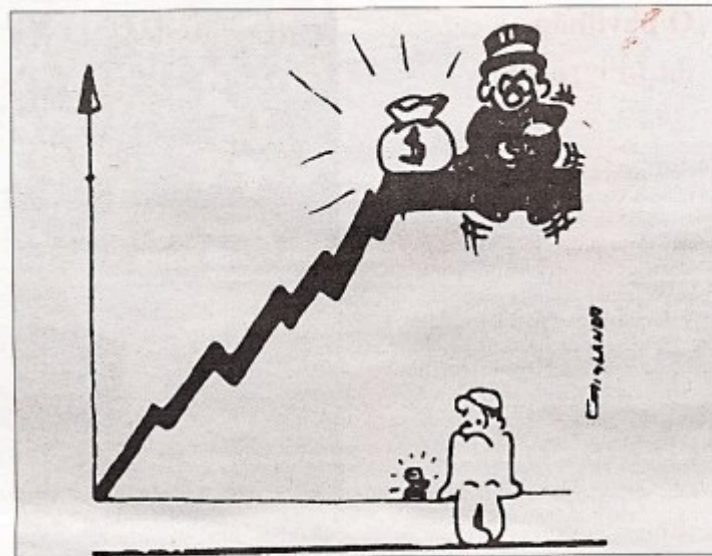
Significa que, se juntarmos aos dados oficiais do PIB aquilo que se produz e que não é oficialmente considerado, então o nosso PIB sobe para valores entre os 164 e os cerca de 180 mil milhões de euros.

Ora era sobre tais dados que os governantes deviam fazer os cálculos, quer quanto aos salários dos funcionários públicos, quer quanto às despesas com a

educação, saúde e segurança social.

É repetido mil vezes que os encargos com os funcionários públicos representam 15% do PIB oficial, mas não se diz que esse valor desce para cerca de 12% do PIB real.

Entre os números reais e os números oficiais vai a diferença que suporta toda a demagogia que pretende associar os encargos salariais dos trabalhadores à dimensão do défice.



DESAPESAS SOCIAIS DO ESTADO

O outro objectivo da direita e das políticas de direita consiste no argumento de que o conjunto das funções sociais do Estado, nomeadamente a saúde e a segurança social, envolvem verbas tão vultuosas que não se compaginam com as possibilidades reais do país.

Também aqui há uma história duplamente mal contada.

Não é verdade que as despesas sociais sejam comparativamente ao PIB muito elevadas. De acordo com a OCDE (índices sociais - edição 2005) as percentagens eram as seguintes:

- Dinamarca-29,2%; Suécia-28,9%; França-28,5%; Alemanha-27,4%; Bélgica-27,2%; Suíça-26,4%; Áustria-26,0%; Finlândia-24,8%; Itália-24,4%; Grécia-24,3%; Noruega-23,9%; Polónia-23,0%; Holanda-21,8%; Reino Unido-21,8% e Portugal-21,1%.

É verdade que no conjunto dos países da OCDE a nossa percentagem é ligeiramente superior à média em cerca de uns residuais 0,2 pontos.

Mas isso deve-se ao facto de haver pouco investimento social em certos países, quer eles sejam pobres, quer eles sejam ricos, como é o caso do México, da Turquia, e, pasme-se (ou talvez não), dos EUA, cujas despesas sociais representam 14,8% do PIB, valor baixo, comparativamente ao modelo social europeu, facto que ajuda a explicar porque é que esta "superpotência" tem, no conjunto dos países da OCDE, uma das mais elevadas percentagens de pobreza relativa.

Mas voltemos ao nosso caso.

Os dados acima referidos, embora concludentes, precisam de um olhar mais atento.

E porquê?

Porque eles têm apenas um valor relativo.

O que importa é traduzir isso em valores absolutos e demonstrar que, em Portugal, com base nos dados reportados a 31/12/2003 para os 2.541.458 pensionistas e reformados do sistema público de segurança social, o valor médio das respectivas pensões orçava cerca de 245 euros mensais.

As despesas sociais do Estado Portu-

DÉFICE ORÇAMENTAL

Já atrás foi referido que a comissão Constâncio quantificou, em cerca de 8.744 milhões de euros o défice orçamental, ou seja, a diferença entre o total de receitas e o total de despesas, facto que leva o actual e anteriores governos e respectivos acólitos a proclamarem: "O nosso país gasta aquilo que não tem. Estamos a viver acima das nossas possibilidades, pelo que é preciso aumentar o IVA, apertar o cinto, congelar os salários e diminuir as funções sociais do Estado".

Há, aqui uma história que importa contar.

Portugal tem, objectivamente, condições de resolver o problema do défice sem afectar os trabalhadores por conta de outrem, os reformados, os utentes do Serviço Nacional de Saúde, bem como todos aqueles que beneficiam das funções sociais do Estado.

Isso seria possível se os governos do bloco central (PS, PSD) não tivessem convertido Portugal num paraíso para a evasão e fraude fiscal, facto exemplarmente denunciado em Dezembro de 2003 quando o PCP apresentou na Assembleia da República um conjunto de medidas tendentes à resolução deste problema.

Na altura o grupo parlamentar do PCP referenciava, entre outras, as seguintes questões:

- 2,9 mil milhões de euros de dívidas à Segurança Social (Dados mais recentes apontam para uma dívida entre os 3,2 e os 3,3 mil milhões de euros);

- metade das empresas sediadas na zona franca da Madeira não declaram qualquer volume de negócios para efeito de IVA, enquanto 42,5% não apresentam a declaração periódica de rendimentos para efeito de IRC, e 67% das empresas licenciadas naquele off shore estão por identificar pela administração fiscal.

Passado cerca de ano e meio a situação mantém-se porque as medidas preconizadas atingiram interesses instalados na base de apoio fundamental dos partidos que, alternadamente, têm tido assento no Governo.

A dimensão da fraude e fuga aos impostos ligadas à economia paralela oscila, segundo cálculos da Direcção Geral de Impostos, entre 4,7 e 7,2% do PIB, ou seja aquilo que o Estado não arrecada, mas devia arrecadar.

A par da economia paralela há, a juntar, o efeito corrosivo das empresas inseridas na economia formal e que, sistematicamente, não pagam impostos.

Com efeito, no conjunto de 316.000 empresas que entregaram a respectiva declaração de rendimentos relativos a 2002, apenas 42% pagaram IRC.

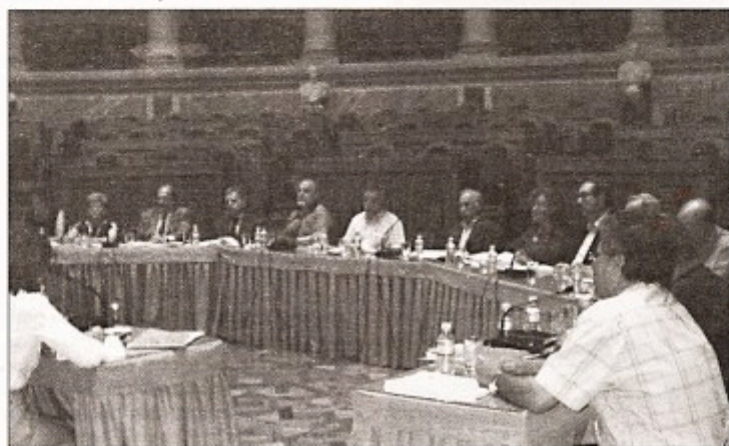
Quanto ao IRS a situação não é menos escandalosa. Com efeito, se desdobrarmos os pagamentos pela origem dos contribuintes verificaremos que, em média, um trabalhador por conta de outrem paga cerca de seis vezes mais imposto que um empresário em nome individual. O mesmo se passa com as profissões.

O conjunto dos cerca de 180.000 profissionais liberais pagaram, no ano atrás referido, cerca de 6% do total de IRS, quando, na base dos seus rendimentos efectivos, deviam ter pago cerca de 15%. Acresce a este regabofe dois outros ainda mais gravosos:

- É o caso dos bancos, seguros e →

AUDIÇÃO PARLAMENTAR DO PCP

Serviços externos do Estado Português ao serviço de Portugal e dos Portugueses



Resultante do compromisso assumido pelo PCP durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP levou a efeito, no passado dia 28 de Junho, uma Audição Parlamentar subordinada ao tema "Serviços externos do Estado Português, ao serviço de Portugal e dos Portugueses" que decorreu na Sala do Senado do Palácio de São Bento.

A deputada Luísa Mesquita iniciou a sessão, começando por agradecer a presença dos Conselheiros do CCP, dos dirigentes da Associação Mulher Migrante e da Associação de Reencontro dos Emigrantes, dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas, do Sindicato dos Professores no Estrangeiro e da Federação Nacional dos Professores, bem como, dos jornalistas da imprensa es-

pecializada das Comunidades.

Luísa Mesquita chamou a atenção para o facto de ser a primeira vez que se realizava, na Sala do Senado da Assembleia da República, uma iniciativa deste tipo, e com a abrangência que tinha atingido. A audição, tal como fora informado no convite, tinha por objectivo recolher as reflexões, as informações dos conselheiros e de outros organismos e procurar o debate sobre as questões da emigração portuguesa, como ponto de partida para o aprofundamento do trabalho que o PCP tem vindo a realizar.

Uma Audição, neste momento, justificava-se porque, contrariando algumas noções empíricas enunciadas por membros do Governo ou analistas políticos a ele afectos, o INE e o EUROSTAT dispõem hoje de dados estatísticos, que confirmam que a emigração portuguesa

não tem vindo a diminuir, tem vindo sim a aumentar e a alterar-se no que se refere aos fluxos geográficos, etários, profissionais.

É uma realidade que não pode ser subestimada e que tem que determinar as respostas adequadas do Estado Português. É este cenário que implica a existência duma rede consular operacional e adequada às crescentes necessidades das comunidades, assegurando serviços de proximidade celeres e de qualidade.

Uma rede consular que aposte cada vez mais no alargamento de novas competências, articuladas com outras tutelas, como a Educação e a Cultura, que encontre mecanismos de apoio social, médico e administrativo às Comunidades, que aposte na diversidade das respostas, porque são muito diferentes os públicos alvo. E estes objectivos têm que considerar que as mais importantes estratégias se situam ao nível dos recursos humanos e dos meios financeiros.

Neste sentido, não se pode simultaneamente considerar a indispensabilidade dos recursos humanos e esquecer os direitos profissionais dos trabalhadores consulares, que permitam dignificar as suas funções. Assim, não se pode pretender ter uma representatividade externa aos mais diferentes níveis sem o consequente investimento financeiro.

A Audição foi extremamente enriquecedora e ao nível do PCP irá traduzir-se, no futuro, em projectos legislativos e outras iniciativas, partindo da certeza que é possível e é urgente melhorar os Serviços Externos que ao Estado Português diz respeito. ●

→ outras entidades financeiras que, apresentando lucros, em 2002, de 2.864 milhões de euros, apenas pagaram 312 milhões, o equivalente a uma taxa efectiva de 11%, embora, como já atrás dissemos, tenha havido quem se vangloriasse de ter pago apenas 8%, quando a taxa média do país orçava os 24%.

● É o caso, também, da Região Autónoma da Madeira onde a taxa média de IRC rondou os 5%, valor escandalosamente baixo, mas explicado pela Direcção Geral de Impostos como sendo resultado da existência da Zona Franca da Madeira.

Pudera! Para que servem os paraísos fiscais que não seja para prejudicar a comunidade em benefício da especulação financeira, da lavagem de dinheiro, do branqueamento de capitais e da economia de casino?

Só que os paraísos fiscais não apareceram e cresceram por geração espontânea. Houve quem os criasse, os apadrinhasse e os mantenha. O PSD e o PS sabem muito bem que tais paraísos têm como objectivo explícito e explícito defraudar o fisco a par da cobertura "legal" ao tráfico de droga e de armas, ao jogo ilícito, à prostituição e à corrupção.

A zona franca da Madeira tem, pois, reconhecidamente, constituído um dos factores de diminuição na arrecadação de impostos.

Que faz correr o PS e o PSD a conviverem com tal situação?

Anselmo Dias

(* A segunda parte desta análise será publicada no próximo número. ●

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO NO BRASIL

A Organização dos Comunistas Portugueses no Brasil prepara a sua Assembleia que, em princípio, se realizará em Novembro próximo.

A Assembleia, Órgão máximo da Organização, terá como objectivo fazer um balanço da actividade desenvolvida, quer a nível partidário, quer a nível unitário, bem como o trabalho de cooperação com os Partidos Irmãos do Brasil. Pretende ainda pôr à votação um Projecto de Resolução Política que contenha a análise da situação vivida, o contexto em que a nossa Organização se insere, local e mundial, a questão do reforço das fileiras do Partido, o problema da recolha de fundos e a forma mais adequada de sensibilizar militantes e simpatizantes e, finalmente a caracterização da comunidade portuguesa no Brasil, os Serviços Externos do Estado Português, deficiências e potencialidades e as formas de intervenção e de luta pelas soluções que valorizem e dignifiquem os portugueses emigrados neste país irmão.

A Assembleia deverá eleger o seu Organismo de Direcção Nacional. ●

CARTAS DE LONGE



"Grosseiro erro"

Do senhor José Oliveira Dias, actualmente a residir no Reino Unido, recebemos uma carta que é bem reveladora do mau funcionamento dos serviços do MNE e do desprezo a que muitos emigrantes são votados pelos governantes.

"Eu emigrante Português de 69 anos, até há pouco tempo emigrado no Zimbábue, fui informado pelo MNE, em 10/10/2003, que passaria a receber o subsídio social para emigrantes idosos

carenciados (ASIC) no montante correspondente a 100,79 €, desde 1/7/2002. No entanto só recebi 42,80 €. (1) (...)

Desde o ano 2002 escrevi 10 cartas ao MNE a chamar a atenção deste facto - solicitei a intervenção do PCP a quem fiquei muito grato pela atenção prestada - mas do MNE, ZERO.

Só em 30/03/2005 o MNE, sem corrigir o erro informa que a partir do dia 1 de Abril de 2005 é cancelado o subsídio por ter saído do Zimbábue (...).

Eu saí do Zimbábue porque é impossível viver neste país unicamente com a reforma que recebia dos caminhos de ferro. Fui obrigado a desfazer-me do pouco que tinha e vir viver com o meu filho aqui no Reino Unido tal não seria necessário se recebesse o valor do subsídio inicialmente atribuído (...)"

(1) A razão desta diferença residia no facto, quando do pagamento, o MNE fazer o câmbio para o dólar americano em vez do dólar do Zimbábue. ●

O NOSSOS MAIS

O Instituto Camões em conjunto com o Instituto Cervantes, Alliance Française, Sociedade Dante Alighieri, British Council e Goethe Institute, recebeu o galardão Príncipe das Astúrias na categoria Comunicação e Humanidades 2005. Ficamos felizes por ver aquela instituição e, através dela, a língua e cultura portuguesas, ser reconhecida no plano internacional.

O NOSSO MENOS

"Este prémio é para os portugueses, que têm andado um bocado deprimidos", declarou Simonetta Luz Afonso, presidente do IC. Será que a especialista em museologia estava a referir-se às dezenas de trabalhadores (portugueses e não só) que trabalham nos Centros Culturais existentes no estrangeiro e aos quais o Governo português tarda em reconhecer-lhes um estatuto profissional? ●

Pelos direitos dos imigrantes

Para nos falar sobre a Frente Anti-Racista (FAR) fomos ouvir Fernanda Vicente, presidente da Direcção desta associação. A FAR surgiu em 1993 para defender os direitos e lutar contra a discriminação dos imigrantes em Portugal.

— A Frente Anti-Racista (FAR) já existe há alguns anos, no entanto não tem sido muito visível, o que se passa? Será que têm havido poucas situações que permitam a sua aparição em público?

FV — A Frente Anti-Racista, desde a sua fundação em 1993, tem sido uma Associação constituída por gente que decidiu unir esforços para a denúncia e combate dos fenómenos de racismo e xenofobia, o facto de não ser assim tão visível deve-se ao facto da sua Direcção ser composta apenas por elementos cuja actividade se baseia no trabalho voluntário. Muitas das vezes, quando as situações ocorrem, nem sempre temos respondido em cima da hora, mas estamos a tentar melhorar. Por outro lado, há uns que se preocupam com a mediatização e para o conseguir abdicam de princípios. Nós vamos com o nosso passo. Situações propícias à nossa intervenção, infelizmente, têm existido bastantes. É que em Portugal, o racismo tem-se manifestado de forma subtil. Podemos comprová-lo pela forma como se tem manifestado aqui e ali e, por vezes, alimentado de forma gritante por alguns órgãos de comunicação social. Podemos dar como exemplo o caso do chamado "arrastão" de Carcavelos que, embora já tenha sido desmentida a sua existência, o que é certo é que o primeiro impacto é que permanece ainda vivo na consciência de muita gente.

— A FAR representa um número restrito de imigrantes ou procura representar os imigrantes duma maneira geral?

FV — Representar, representar seria demasiado ambicioso, mas procuramos fazer chegar a nossa voz a todas as comunidades de imigrantes, pois a nossa actividade não se tem virado apenas para o combate ao racismo ou à xenofobia. Ao princípio, pelas suas próprias características, éramos mais solicitados pelos africanos, mas com o aumento e a diversidade dos imigrantes passamos a defender os direitos dos imigrantes no seu conjunto, independentemente do país de origem de cada um. É que no ponto de vista prático e legislativo, a política de imigração em Portugal tem deixado muito a desejar.

— A questão da aquisição da nacionalidade portuguesa está na ordem do dia, qual a apreciação que a FAR faz quanto à proposta do Governo?

FV — Pelas considerações que o Sr. 1.º ministro, Eng.º José Sócrates, fez e, posteriormente, pelo que foi discutido



na Assembleia da República, permitenos concluir que a proposta da Nova Lei da Nacionalidade ficou muito aquém do que tinha sido prometido pelo PS em sede de campanha. Pensamos que pouco ou nada altera, uma vez que as crianças nascidas em território português ficam à mesma dependentes da situação jurídica dos pais. Todas aquelas crianças que nasceram ou venham a nascer de pais, cuja estadia legal em Portugal, não perfaça os 6 anos ficam numa espécie de terra de ninguém. Crianças que acabam por ser penalizadas à nascença e muitas das quais acabarão por não ser sequer registadas. É como se não existissem, acabam por ser rejeitadas do seu próprio espaço de socialização, pois não conhecem outro. A própria sociedade onde nasceram acaba por marginá-las sem apelo nem agravo.

— Mas existe algum exemplo de crianças que nem sequer estejam registadas?

FV — Sim, já deparamos com várias, mas mesmo com crianças cujo registo é feito à nascença, muitas acabam por, posteriormente, não serem reconhecidas nem cá, nem no país de origem dos

pais. Recentemente tomamos conhecimento de um jovem que, embora já tenha atingido os 21 anos, só há bem pouco tempo conseguiu regularizar a sua situação. Viveu numa espécie de jogo de ping-pong até que, depois de várias vicissitudes por que os seus familiares passaram, de várias burocracias, várias andanças e centenas de contos gastos, lá conseguiram que fosse reconhecido em Cabo Verde para, posteriormente, ser reconhecido cá.

— Lá fora foi notícia o "arrastão" de Carcavelos que abordaste há pouco, que apreciação fazes sobre esse acontecimento e que consequências poderão advir quando cada vez mais se associa a imigração à insegurança dos cidadãos?

so. O ânimo de muita gente era tal que chegamos a temer alguns actos de violência. Mas enfim, esperemos que se ponha cobro a este estilo de notícias alarmistas e especulativas.

— E quanto às declarações de Alberto João Jardim?

FV — As declarações de Alberto João Jardim, depois do rastilho que ainda andava no ar, foram no mínimo insólitas e inadmissíveis. Como é possível que um Conselheiro de Estado e Presidente da Região Autónoma da Madeira venha declarar publicamente que não queria, na Madeira, nem chineses, nem indianos, nem gente dos países do Leste Europeu? O que é certo é que saiu impávido e sereno, a reafirmar solenemente tal tipo de atitude. Será que o Sr

FV — Como disse há pouco, o chamado "arrastão" foi desmentido por vários órgãos de comunicação e até mesmo pela própria polícia e, tanto quanto sabemos, nem sequer chegou a existir qualquer queixa por parte dos banhistas.

O facto de se associar cada vez mais os imigrantes com a insegurança e a criminalidade é deveras preocupante e alguns órgãos de comunicação social têm contribuído bastante para que isso aconteça. Na altura, perfilava-se uma manifestação de cariz reaccionário, racista e xenófobo, dos skinheads, logo a seguir fomos confrontados com o chamado "arrastão" e ainda as coisas não tinham arrefecido quando a SIC espeta no ecrã várias imagens de assaltos nos comboios da linha de Sintra. Na altura, surpreendida, cheguei a dizer, na brincadeira, que parecia uma "conspiração" contra os imigrantes. A animosidade por parte de alguns dos portugueses foi tanta que nem eu escapei, mas isso é o menos... O pior é que é esse tipo de notícias alarmistas que acaba por criar o descontentamento e a revolta contra os imigrantes e não há nada pior para fomentar o racismo e a xenofobia que is-

Jardim ignora alguns aspectos importantes da Constituição do seu próprio país ou será da insularidade? Será que ainda haja alguém que duvide que são atitudes como estas que propagam os fenómenos de racismo e xenofobia? É inadmissível.

— Sabemos que foste eleita presidente da FAR em Abril, como te tens estado a dar com essa nova responsabilidade?

FV — Desde 2001 que tenho feito parte dos corpos directivos da FAR, como directora executiva. Pela minha origem africana, e talvez por na minha infância ter experimentado o gosto amargo do racismo encapotado, desde sempre me mostrei sensível às questões do racismo, da xenofobia e, actualmente, dos problemas com que se debatem os imigrantes. Hoje, mais do que nunca, estou firmemente disposta a contribuir para o combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância, a defender os direitos dos imigrantes e tudo farei para que venha a merecer a confiança que os elementos da FAR depositaram em mim. Vamos lá a ver. ●

As razões de um Manifesto

Na última reunião plenária do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) foi aprovado por unanimidade o Manifesto "Uma Política Global Para As Comunidades Portuguesas". Este documento reveste-se de capital importância para a acção futura do CCP por definir os contornos do que se entende por uma visão conjunta de uma verdadeira e autêntica Política para as Comunidades Portuguesas até hoje ausente das preocupações reais do poder político nacional. O manifesto pretende também problematizar a relação do Estado com as Comunidades e a abissal distância entre o discurso ideológico e a prática do Estado nesse relacionamento ao longo dos anos. Não basta enunciar, como o PSD, que as Comunidades são uma prioridade estratégica para o processo de reconstrução nacional, evocando a imperiosa necessidade de pôr em curso um projecto político que tem como objectivo a definição de uma e só política dirigida à emigração e às Comunidades e, depois na prática, nada pôr-se em curso. Não basta aconselhar fazer, sem demora, como o PS, uma revisão global das políticas públicas de apoio às Comunidades portuguesas e logo a seguir, demorar infinitamente a pôr em prática uma política que altere o actual estado de coisas.

As comunidades portuguesas só serão um elemento da posição, projecção e afirmação de Portugal no Mundo e sujeitos activos no processo de reconstrução nacional caso haja uma relação sustentada com o Estado português. Neste contexto o Estado não pode prosseguir práticas políticas, querendo resolver os problemas crónicos das Comunidades, que permanentemente excluem, discriminam, silenciam e elidem da sua memória uma parte importante de uma Pátria comum. Daí a necessidade de se definir uma política global radicada em princípios que defendam os direitos linguísticos, educativos, culturais, identitários e sócio-económicos dos Portugueses que residem fora do território nacional.

A propugnação desses direitos ocorre numa situação política internacional caracterizada pela secular tendência unificadora dos países de residência re-

duzirem a diversidade e favorecerem atitudes adversas à pluridade cultural e ao pluralismo linguístico, pela adopção do modelo economicista de crescimento defendido pelas multinacionais que pretende identificar a desregulação com o progresso e o individualismo competitivo com a liberdade e que gera graves e crescentes desigualdades económicas, sociais, culturais e linguísticas. Acrescente-se ainda as ameaças da continuidade do modelo historicamente praticado pelos países de residência orientado para a homogeneização linguística e cultural das minorias imigradas.

Faça a estas ameaças o Manifesto aponta para a edificação de um modelo societário multicultural e multilíngue onde os valores étnico-culturais dos portugueses e luso-descendentes sejam aceites e respeitados e para um processo de integração assente na cooperação e no diálogo entre as sociedades de acolhimento e as comunidades portuguesas.

A definição de uma política global para a comunidades implica, outrossim, em enunciar objectivos, delinear e concretizar estratégias dentro de eixos considerados prioritários: 1) *Língua, cultura e identidade integrando as políticas linguística, educativa e cultural*, 2) *Participação no processo democrático que inclui os direitos cívicos*, 3) *Igualdade de direitos e diversidade englobando os direitos laborais, económicos e sociais*.

Ao aprovar o Manifesto onde se define, pela primeira vez, uma Política Global para as Comunidades e se explicita a necessidade de uma relação sustentada do Estado com os seus cidadãos residentes fora do território nacional o Conselho das Comunidades exorta o Governo, os Deputados, os partidos políticos e a sociedade civil portuguesa a iniciar um processo de autêntica reconstrução nacional que envolva as Comunidades Portuguesas, essa parte importante e indissociável da nação que somos e que urge integrar no Portugal contemporâneo. A redescoberta por Portugal das suas comunidades será um tardio mas justo contributo de Portugal para com os mais de quatro milhões de Portugueses e luso-descendentes espalhados por 121 países em vários continentes.

Amadeu Batel •

PASSATEMPOS

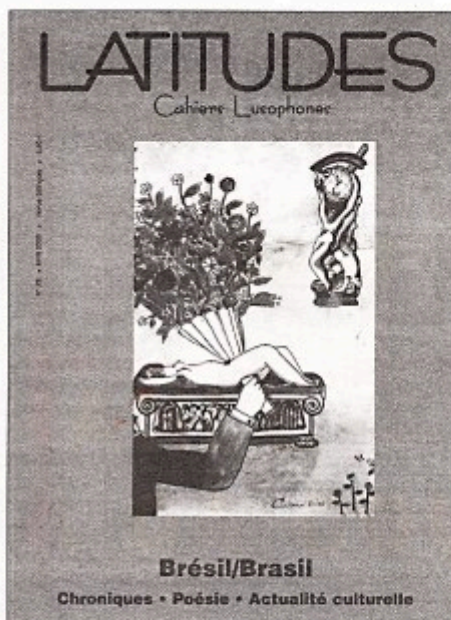
Teste a sua memória

- 1 - Como se designa o olfacto do animal, que é capital numa região portuguesa?
- 2 - Qual o narcótico obtido pela papoila, que os ingleses introduziram na China?
- 3 - Qual o nome da profissão de quem se dedica a vender roupa usada?
- 4 - Em que cidade, na Idade Média, os governantes tinham o título de doge?
- 5 - Qual é a unidade monetária do Japão? E da França?

- 6 - Qual foi o navegador que dobrou o Cabo das Tormentas?
- 7 - Que nome se dá à água que se pode beber?
- 8 - Aonde fica o Iucatão? E a Cochinchina? E a Patagónia?
- 9 - O que é um xelim?
- 10 - E o que é um funinho?

Advinhas

- 1 - O que é que um bolso pode ter mesmo quando está vazio?
- 2 - Há um alimento feito a partir das flores; qual é?
- 3 - Quem de vinte cinco tira quantos ficam? •



LATITUDES Cahiers Lusophones

Os cadernos Latitudes é uma revista bilingue publicada em França sob a direcção de Daniel Lacerda. Queremos reafirmar os nossos agradecimentos e, ao mesmo tempo, felicitar o seu director e toda a equipa que organizou, pelo projecto em si e também pela qualidade do assinalável nível cultural atingido.

O número de Abril é dedicado ao Brasil/Brésil e contém diversos estudos sobre a presença dos brasileiros em França, sobre o Movimento dos Sem Terra, sobre a música brasileira e ainda alguns textos de carácter histórico. Apresenta-nos ainda uma Agenda, bem elaborada, de actividades culturais, alguns aspectos sobre a vida da Associação Portuguesa. Os Cadernos Lusófonos guardam ainda algumas páginas para a divulgação da expressão poética portuguesa da nossa diáspora como, por exemplo, este "Voar meu olhar sobre a cidade" de Marília Gonçalves:

*Percorre cada beco, cada rua
Mas vê-a sem os olhos da saudade
Olha p'ra ela, ativa, agreste ou nua
Olha a cidade e olha sem pudor
Porque é o sentimento que te manda
Fazer ouvir a voz do que é amor
A debruçar-se em si como varanda.*

*Voar meu olhar, mesmo que doa
Porque a cidade é mulher
E o grito que nela soa
Como criança a nascer,
É a verdade que entoa
Tudo o que tem por dizer.*

*Voar meu olhar, mesmo que doa
Voar meu olhar, aprende a ver!*

Muito bem ilustrada, fazendo a divulgação dos cerca de 30 artistas plásticos, nossos irmãos brasileiros que vivem e trabalham em França, podemos adivinhar através das reproduções de quadros acompanhados o excelente artigo de Egídio Álvaro, um trabalho de

uma grande qualidade e diversidade estéticas. Diz-nos o pintor Sérgio Bello, artista ecologista: "Interrogo-me sobre o presente do nosso Planeta, interrogo-me, através das cores, sobre a origem da palavra Brasil a terra da madeira cor de brasa ou sobre a Amazónia, o inferno verde, o pulmão tropical da Terra". Ou ainda Patrícia e António Costa Lima, recém regressados de França ao seu berço de Belo Horizonte, Minas Gerais, que põem em evidência as virtualidades da intercultura que agita o nosso tempo, sacudindo resistências puritanas e soberanistas

Vale a pena ler, estudar, os Cadernos Lusófonos, pelo seu valor intrínseco e pelo trabalho com que vêm enriquecendo o património da lusofonia, um espaço que compreende mais de 200 milhões de cidadãos, espalhados pelas cinco partidas do Mundo.

Se quiser tomar contacto com estes Cadernos, escreva para
LATITUDES
75, rue de Bagnolet
75020 PARIS FRANÇA
Tel/Fax: (01) 4367 6408
e-mail: latitudes.cl@wanadu.fr •

SOLUÇÕES PASSATEMPOS

- 3 - Vinte menos cinco são quinze.
 - 2 - O mel
 - 1 - Um buraco
- ADIVINHAS**
- 10 - É um "baquinhó" na "pádele".
 - 9 - É o "xelim" numa "bixeleia".
 - 8 - México, Vietnam, Argentina
 - 7 - Pólvora
 - 6 - Bartolomeu Dias
 - 5 - Yare - Euro
 - 4 - Venezia
 - 3 - Adélio
 - 2 - Opió
 - 1 - Faro

TESTE A SUA MEMÓRIA

Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Revista de cultura e política do PCP

CDU
confiança numa vida melhor

Mais votos, mais percentagem, mais mandatos
mais presidências de câmaras e de juntas

**CDU
Uma grande vitória**

Desenvolver a luta

**Presidenciais
Uma forte dinâmica**

Um PCP mais forte

Proletários de todo os países, UNI-VOS.
Órgão Central do Partido Comunista Português.
A voz dos trabalhadores.

Assinaturas:
Av. Gago Coutinho, 121 1700-029 Lisboa
Europa - 50 números: 115 €
Fora da Europa: 50 números: 165 €

Revista de cultura e política do PCP

O militante

PCP - Reflexão e Prática

EINSTEIN
O cientista e o pacifista

- Atualidade
Problemas, perigos e alternativa
- Trabalhadores
A pressão ideológica como forma de exploração
- Iluminado
Ruy Luís Gomes
Resistente antifascista

O militante

Proletários de todo os países, UNI-VOS.
PCP - reflexão e prática.
O boletim do PCP sobre questões teóricas e práticas do marxismo-leninismo.

Assinaturas:
Av. Gago Coutinho, 121 1700-029 Lisboa
Europa - 6 números: 18,20 €
Fora da Europa: 6 números: 25,70 €

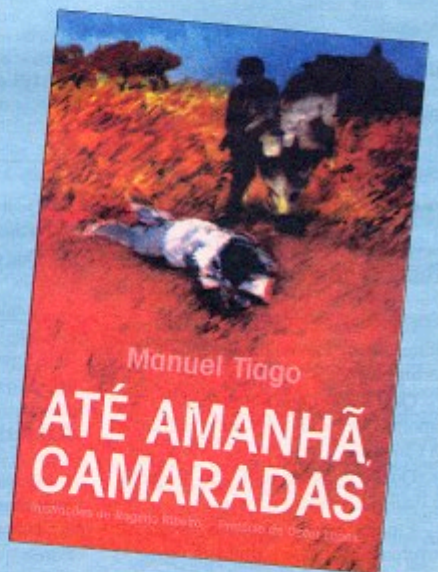
A obra literária de Álvaro Cunhal/Miguel Tiago vista por Urbano Tavares Rodrigues

Álvaro Cunhal, à margem da sua intensa actividade política e revolucionária, escreveu um romance - *Até amanhã camaradas* - novelas e livros de contos que são autênticas obras literárias, sendo ao mesmo tempo como que um espelho, aliás muito original, da vida dos comunistas portugueses, antes e depois do 25 de Abril. Duas das suas obras marcaram de tal modo a cultura portuguesa que acabaram por ser tema de dois filmes: o romance já citado e a novela *5 dias 5 noites*.

Urbano Tavares Rodrigues, no conjunto de pequenos ensaios e críticas aos seus livros, que acaba de ser publicado sob o título *A obra literária de Álvaro Cunhal/Miguel Tiago*, faz a análise profunda dessa ficção de testemunho. Diz Urbano "No momento em que folheio de novo os seus livros para garantir estas linhas, ainda quentes da dor da sua perda, torno em espírito à sua casa e reencontro nos seus desenhos e nesses poucos óleos admiráveis em que ele tanto se projectou, verdadeiras batalhas campais entre a guarda com os seus cavalos potentes e as pedras a voarem no outro lado, arma de sempre dos oprimidos. E, de repente, lembro-me de um outro desenho, que entre todos particularmente me toca, onde há uma menina, de olhos erGUIDOS e luminosos, conduzindo pela mão um cego, vendido".

Manuel Tiago/Álvaro Cunhal é um homem de outras dimensões: o teórico de Rumo à Vitória, A Revolução Portuguesa - O Passado e o Futuro, Partido com Paredes de Vidro, o desenhador e o pintor de grande talento, o homem excepcional e tão simples no convívio, o combatente inquebrantável, que ele foi até à morte, pela construção da sociedade socialista.

Para mais informações:
Editorial Caminho
Av. Almirante Gago Coutinho, 121
1700 - 029 Lisboa
www.editorial-caminho.pt



OS NOSSOS DISCOS

As portas que Abril abriu

Editado em DVD, é o poema revolucionário, escrito e recitado por José Carlos Ary dos Santos, essa voz inconfundível do militante comunista e poeta universal:

*De Tudo o que Abril abriu,
ainda pouco se disse
um capitão que seguiu
o que a História lhe predisse*

*um povo que levantava
sobre um rio de pobreza
a bandeira em que ondulava
a sua própria grandeza.*

Ary, poeta das canções revolucionárias, foi também o grande letrista de fados de Amália Rodrigues, dos Festivais da Canção na voz de Simone de Oliveira "Quem faz um filho, fá-lo por gosto", de Fernando Tordo "Tourada à portuguesa", de Carlos do Carmo "Lisboa que amanhece" e de tantos outros.

DVD "As portas que Abril abriu" - 4 Euros

Receba em MOVIMENTO

Quer receber em casa o nosso jornal?

Ligue para (351) 21 781 38 00
ou envie o seu nome e morada completa para:

DOE do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa



Visite a nossa página em:
www.pcp-emigracao.org

Um Partido com quem as Comunidades Portuguesas podem contar!



Por um Portugal com Futuro